

Assistência Estudantil

UMA QUESTÃO DE INVESTIMENTO

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) criado em 1987 com a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas visando fortalecer as políticas de Assistência ao Estudante , objetiva:

- garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES Públicas na perspectiva do direito social ;
- proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição;
- assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico;
- contribuir na melhoria do Sistema Universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades sócio-econômicas.

Para milhares de Estudantes, a renda familiar insuficiente não garante os meios de permanência na Universidade e término do curso, sendo fadados, muitas vezes, ao baixo rendimento acadêmico e até mesmo à evasão . Uma vez que sua capacidade intelectual e de formação básica já foram avaliadas e aprovadas no processo seletivo de acesso à Universidade , deixar de apoiar esses alunos de baixa renda seria uma discriminação no mínimo contraditória .

Não se trata de ajuda paternalista, ao contrário, verifica-se que as Universidades que mantêm programas de assistência e realizam o acompanhamento do desempenho acadêmico destes estudantes constataam que seu rendimento escolar médio é igual , estatisticamente , ao dos alunos provenientes de camadas sociais de maior poder aquisitivo. Isto comprova que é compensador investir na melhoria das condições e na qualidade de vida dos estudantes carentes enquanto universitários.

Os dados apresentados pelo INEP-MEC em 1998 , relacionaram o percentual de alunos absorvidos pela rede pública com total de estudantes matriculados nos diferentes níveis de ensino (tabela abaixo). Os resultados mostram um contexto que exclui das IES Públicas uma parcela considerável de estudantes.

MATRÍCULAS NO BRASIL – 1998

NÍVEL DE ENSINO	TOTAL DE MAT.	REDE PÚBLICA	%
FUNDAMENTAL	35.838.372	32.440.120	90,5
MÉDIO	6.967.905	5.740.611	82,4

SUPERIOR	2.125.958	804.729	37,8
-----------------	------------------	----------------	-------------

Fonte: INEP-MEC

Em decorrência da pequena absorção pela rede pública , muitos alunos procuram o Ensino Superior privado e deparam-se com dificuldades para seu financiamento, induzindo aqueles estudantes, realmente carentes, à perda do estímulo para concorrer ao ambiente universitário.

Procurando conhecer o perfil dos estudantes matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) , o FONAPRACE- ANDIFES - realizou e publicou em 1997 uma pesquisa amostral do Perfil Sócio-econômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras. Das 52 Instituições 44 realizaram a pesquisa , com um percentual de participação de 92,36%, onde foram aplicados 32.348 questionários em um universo de 327.660 alunos.

A categorização sócio-econômica adotada foi a da Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado (ABIPEME) que classifica cinco estratos sociais a partir do critério de consumo de bens e serviços, que apontou os seguintes resultados percentuais: **A: 12,61 – B: 43,11 – C: 30,54 - D: 10,50 – E: 3,25** . A demanda potencial por programas assistenciais nas IFES foi de 44,29% dos alunos somando-se as categorias C,D, e E .

Outros itens pesquisados mostraram que os alunos:

Optam pelas IFES pelo caráter de gratuidade da Universidade..... .83,69%

Buscam as Instituições pela qualidade do ensino.....53,03%

Necessitam de transporte para deslocamento à Universidade.....60,60%

Exercem atividades remuneradas não acadêmicas.....42,04%

São provenientes de escolas públicas.....45,04%

Residem fora do seu contexto familiar.....23,31%

Igualmente, em 1998 , a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Estadual de Feira de Santana na Bahia (UEFS) realizaram pesquisas no mesmo formato da realizada pelas Federais encontrando resultados muito semelhantes.

Entende-se que a busca da redução das desigualdades sociais faz parte do processo de democratização da Universidade e da própria sociedade brasileira, e isto não pode se efetivar somente através do acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessário a criação de mecanismos que garantam a permanência dos alunos que ingressam na Universidade, reduzindo assim, os efeitos das desigualdades apresentadas pelo conjunto de estudantes comprovadamente desfavorecidos e que apresentam dificuldades concretas para prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Desta forma, a insuficiência de recursos para a manutenção e implementação de políticas que criem condições objetivas de permanência deste segmento na Instituição, faz com que haja desistência nos cursos ou retardo em sua conclusão. Assim, para que estes alunos atinjam sua plenitude acadêmica é necessário associar a qualidade do ensino ministrado à uma política efetiva de assistência em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, lazer e cultura.

O FONAPRACE ao final de 1999 solicitou a inclusão da Assistência Estudantil no Plano Nacional de Educação- PNE - o que foi prontamente atendido pelo Deputado Nelson Marchezan relator do PNE. Outro ponto importante de apoio aos estudantes é o Projeto de Lei nº 1018/99 do Deputado Nelson Pellegrino que trata da Política Nacional das Moradias Estudantis que ora tramita no congresso resgatando o projeto original nº 4633/94 do então Deputado Koyu Iha.

No momento, a assistência estudantil vem sendo mantida através de esforços pontuais, nem sempre suficientes, das unidades de assuntos comunitários e estudantis de cada Instituição, dependendo, também, da sensibilidade das administrações universitárias. Com muita dificuldade, 60% das IFES mantêm programas de bolsas de assistência, 58% tem programas de alimentação e 50% possuem moradias universitárias, o que contemplam, parcialmente a assistência pretendida pelo FONAPRACE.

Mesmo fatores positivos como o crescimento do Ensino Médio, o aumento do número de vagas e/ou a criação de novos cursos universitários e o projeto que tramita no Congresso Nacional que visa garantir 50% das vagas nas IES públicas para alunos egressos da rede pública de ensino, fazem crescer as preocupações dos órgãos que tratam da assistência estudantil nas Universidades a medida que, provavelmente, aumentaria a demanda potencial por assistência.

Considerando que **assistência estudantil é investimento**, e para que os objetivos defendidos pelo FONAPRACE sejam atingidos, faz-se necessário:

- incluir verbas específicas destinadas à assistência estudantil, na matriz orçamentária anual do MEC, para cada IFE;
- elaborar projetos especiais para recuperação e ampliação da capacidade instalada nos ambientes destinados à assistência;

- estabelecer a vinculação entre ações de acesso e programas de permanência;
- consolidar um Plano Nacional de Assistência mediante levantamento nacional das necessidades.

Para o FONPRACE "torna-se imperativo sensibilizar as autoridades , os legisladores e a comunidade Universitária para a importância da Assistência como parte de um projeto acadêmico que tem a função fundamental de formar cidadãos qualificados e competentes. "

Brasília, agosto de 2000

Profa. Thérèse Hofmann Gatti - Coordenadora Nacional do FONAPRACE

Prof. Luiz Fernando Sangoi - Vice-coordenador Nacional do FONAPRACE